

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAEL SACOVICZ

**PRESENÇA E ABORDAGEM DOS NEGROS NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
O CASO DO PROJETO ARARIBÁ- 7º ANO.**

CURITIBA

2015

RAFAEL SACOVICZ

PRESENÇA E ABORDAGEM DOS NEGROS NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
O CASO DO PROJETO ARARIBÁ- 7º ANO.

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no curso de Especialização em Educação nas Relações Étnico-raciais, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Drª Nadia Gaiofatto Gonçalves

CURITIBA

2015

PRESENÇA E ABORDAGEM DOS NEGROS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O CASO DO PROJETO ARARIBÁ - 7º ANO.

Resumo

O presente trabalho realiza uma análise do livro didático de Geografia da coleção da Editora Moderna, Projeto Araribá, destinada ao 7º ano do ensino fundamental, buscando averiguar a forma com que esta obra aborda e apresenta a presença e relevância dos negros no processo de formação territorial, econômica e social do Brasil, buscando avaliar o respeito a Lei 10.639/03, bem como a contribuição desta obra para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes acerca da diversidade étnica e cultural. Como parâmetros para a análise foram utilizados a própria lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e Educação nas Relações Étnico-Raciais, além de critérios do Programa Nacional do Livro Didático, sobre a temática. Constatou-se que o livro analisado aborda de maneira superficial os temas relacionados à contribuição da população africana e afro-brasileira no processo de formação territorial, econômica, social e cultural do Brasil, demonstrando também a necessidade de uma reformulação em alguns critérios do processo de avaliação do PNLD.

Palavras-chave: Relações Étnico-raciais. Livro Didático. Geografia.

Abstract

This paper makes an analysis of the textbook Geography collection of publishing house Moderna, Araribá Project, for the 7th year of elementary school, seeking to determine the way in which this work addresses and shows the presence and relevance of blacks in the territorial formation process, Brazil's economic and social, seeking to evaluate compliance with the Law 10.639 / 03, and the contribution of this work to the formation of more critical citizens aware about the ethnic and cultural diversity. As parameters for the analysis were used to own Law 10.639 / 03 and State Curriculum Guidelines of Paraná and Education in Ethnic and Race Relations, and criteria of the National Textbook Program, on the subject. It was found that the reviewed book covers superficially issues related to the contribution of the African population the african-Brazilian in the process of territorial formation, economic, social and cultural development of Brazil, also demonstrating the need for an overhaul in some process criteria evaluation of PNLD.

Key words: ethnic-racial relations. textbook. Geography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E A LEI 10639/03	10
2. O LIVRO DIDÁTICO “PROJETO ARARIBÁ GEOGRAFIA” DESTINADO AO 7º ANO E A ABORDAGEM SOBRE OS NEGROS	21
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
4. REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a população negra teve grande importância em todo o processo de exploração, ocupação e expansão territorial brasileira, sem ter o reconhecimento, por séculos, de sua importância histórica para a nossa cultura; e considerando a marginalização dessa parcela da população na sociedade brasileira, a questão geral que orientou esta pesquisa é: de que maneira livros didáticos de Geografia apresentam a importância da participação da população africana e afro-brasileira na formação do território brasileiro, em seus diferentes aspectos?

A população negra teve muita relevância para o processo de formação territorial, social e cultural do nosso país, na situação de cativos dos colonizadores e fazendeiros, que exploraram sua mão de obra e vidas para reconhecer e ocupar as grandes imensidões territoriais do nosso país. Sobre a vida dos escravos e a escravidão, Eugênio (2009) diz:

Os grandes proprietários rurais preferiam, geralmente, explorar os seus escravos ao máximo com o menor custo possível, isto é, gastando o mínimo de recursos (alimentação, vestuário e moradia) para sustentá-los. (EUGÊNIO. 2009, p. 02)

Foi a mesma força responsável pela exploração dos recursos naturais do território brasileiro, tornando-o abundante em riquezas, permitindo seu intenso desenvolvimento econômico e consecutivamente, a formação de um território devidamente estruturado.

Território, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Geografia do Paraná (2008, p.62) “é o conceito que exemplifica as relações que se estabelecem entre o espaço e poder”, ressaltando a ideia de que o trabalho do negro não é valorizado como importante na construção do nosso país.

Desta maneira, ressalta-se a importância dos livros didáticos para a apresentação de conceitos específicos direcionando a aprendizagem, pois são ferramentas que norteiam todo o processo de ensino, sendo na maioria a principal ferramenta para o educando, que tem no livro didático uma ligação entre o os trabalhos de sala de aula e o processo formativo e lúdico.

Como argumenta Apple (1995), o livro didático frequentemente define a cultura legítima a ser transmitida, estabelecendo grande

parte das condições de ensino e aprendizagem em muitos países. Por essa razão, ele é objeto de estudo e reflexão de pesquisadores, movimentos sociais e do próprio Estado no que se refere ao combate a desigualdades socialmente construídas. (SANTOS, 2013, p. 02)

Sendo o Brasil um país extremamente miscigenado e com participação em sua formação por inúmeras etnias, os alunos devem ter um estudo aprofundado das diferentes participações no processo de formação social, cultural e econômica.

Vivemos em um país com grande diversidade racial e podemos observar muitas lacunas nos conteúdos escolares no que se refere às referências históricas, culturais, geográficas, lingüísticas e científicas que dêem embasamento e explicações que possam favorecer não só a construção do conhecimento, mas também a elaboração de conceitos mais complexos e amplos, que venham a contribuir a formação, fortalecimento e positividade da auto-estima das crianças e jovens que dirigirão o mundo amanhã. (CASTRO. 2009, P. 16).

Devido aos reflexos de preconceito e marginalização dos negros em nossa história, os mesmos são em geral, ou têm, sua participação minimizada quando se trata dos estudos referentes à organização espacial brasileira.

Após a implementação da Lei 10.639/03, que obriga a instituição escolar a tratar das questões étnico-raciais e relativas à história da África e da cultura africana, que anteriormente eram relacionadas apenas à escravidão, as editoras buscaram adaptar suas edições didáticas, incluindo textos e reflexões acerca de diferentes aspectos envolvendo a cultura afro-brasileira, porém estes conteúdos remetem às diversas contribuições culturais do negro na comida, música e dança brasileira, nem sempre abordando a construção da nação.

Considerando o fato de que os livros didáticos são baseados e divididos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (BRASIL, 2008), os livros do 7º ano de Geografia têm como foco o estudo do território brasileiro e sua regionalização, apresentando desta forma sua formação territorial e ocupação populacional. É neste momento da vida escolar que o educando passa a compreender as relações de diferentes etnias no processo de formação brasileira, refletindo a importância da reflexão sobre a presença do grupo étnico formado pelos afrodescendentes na consolidação das atuais características do nosso país.

No Ensino Fundamental é que o aluno aprimora seus conhecimentos referentes também à relação existente entre as diferentes etnias no nosso país. Assim, enfatizar as relações entre negros e brancos nesse período escolar, possibilitando negociações, apresentando aos alunos mediações e acertos.

O livro didático, como campo de produção do saber, está moldado por relações de poder que constituem os discursos geográficos ali inscritos. Ele é produto de um lugar que o molda por inúmeros processos e agentes. O conhecimento geográfico ali registrado, oficializado como saber é o que está sendo trabalhado na escola. [...] instituem os discursos geográficos, que entram em cena para constituir as identidades, mantendo e perpetuando formas de significação. (TONINI, 2001, p. 02)

Tendo isso em mente, foi optado o uso do livro didático “Projeto Araribá Geografia”, da Editora Moderna, pois esta coleção, segundo os dados estatísticos do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, no ano de 2014 foi a mais distribuída dentre as opções do componente curricular de Geografia¹. Assim, o foco de análise passa a ser a obra destinada ao 7º ano do Ensino Fundamental, pelo motivo de apresentar os conteúdos que compreendem a formação territorial, econômica e social do Brasil, no qual busco verificar a presença e abordagem sobre os negros no decorrer dos conteúdos apresentados pelo livro.

Sendo assim, este trabalho tem como principal objetivo verificar como o livro didático “Projeto Araribá Geografia”, direcionado ao 7º ano do Ensino Fundamental, aborda a participação dos africanos e afrodescendentes na formação social, cultural e econômica do território brasileiro. Especificando os objetivos do mesmo, busca-se analisar como este livro apresenta a população negra no contexto de formação territorial nas cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul, assim como verificar o quanto e como oportuniza reflexões e atividades relativas às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Lei 10.639/03.

Para alcançar tais objetivos, este trabalho utilizou a análise documental como principal metodologia de trabalho, que segundo Moreira:

Consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos

¹ Dado obtido no site do PNLD [<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>]. Acesso em 24 de agosto de 2015.

documentos. A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos. (MOREIRA, 2005, p. 269).

A análise documental apresenta vantagens para o seu desenvolvimento, pois como afirma Piana (2009, p.122) “não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.” e “Permite determinar a autenticidade do texto, seu valor, seu grau de veracidade, seu sentido e alcance” (FERRARI 1982, p. 227), nos remetendo, conforme a capacidade reflexiva do autor, alcançar as respostas desejadas.

Esta análise é direcionada para os textos do livro, focando em conceitos e apresentações da população negra no decorrer dos capítulos, procurando identificar a abordagem sobre a participação desta população no processo de formação territorial, social e cultural de nosso país. Busca-se uma análise dos conteúdos abordados e como são relacionados à temática das relações étnico-raciais, focando na população africana e afro-brasileira, a partir da própria lei 10.639/03 do estabelecido nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e Educação nas Relações Étnico-Raciais e de critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático, relativos a temática.

Este trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro apresenta a relação entre o livro didático de Geografia, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a lei 10.639/03, assim como a importância do material didático para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, juntamente com os critérios e o processo de análise e avaliação, realizada pelo PNLD sobre os livros didáticos de Geografia utilizados em escolas públicas do país. No capítulo 2, é apresentada a organização e estruturação do livro Projeto Araribá de Geografia do 7º ano, que é o foco da análise, relacionando seus conteúdos à abordagem da lei 10.639/03.

1. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E A LEI 10.639/03

O livro didático é um importante recurso para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Para definir o livro didático, Lopes (2007, p. 208) diz que é a “uma versão didatizada do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores”, ou seja, o livro didático apresenta todo o conteúdo que o aluno deve adquirir de uma forma direcionada ao trabalho em sala de aula, refletindo que a educação escolar é caracterizada de mediação entre o prático e o teórico.

Sobre o livro didático, a LDB 9394/96 em seu 4º artigo, diz: “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar [...]” (BRASIL, 1996), reforçando a importância deste recurso para o desenvolvimento escolar dos alunos, sendo garantido pelo Estado.

“O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida.” (VESENTINI, 1992, p.166). Para Vesentini, o livro didático tem um foco central no processo de ensino e aprendizagem, demonstrando a importância deste recurso para que o próprio aluno tenha uma relação mais próxima com as disciplinas e conteúdos a serem estudados, porém apresenta a problemática de que o livro didático é a única fonte de estudos, deixando de lado outras inúmeras possibilidades de referências ao processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Segundo Batista “Desde a Grécia Antiga, já existia a preocupação em se fazerem livros que auxiliassem na aprendizagem. Diferentemente de sua formatação atual, o livro didático era uma coletânea de textos retirados de clássicos que deveriam ser lidos em sala de aula.” (2011, p.34). A autora ressalta a importância que o livro didático tem como recurso auxiliador no processo de ensino aprendizagem demonstrando que não é um meio utilizado apenas no período moderno, tornando um facilitador para o professor, mas demonstrando a eficácia para com o aluno.

É claro então, que o livro didático tem grande importância para nortear o trabalho do professor em sala de aula e também passa a ser uma fonte próxima e muito usada pelos alunos durante o processo de aprendizagem, sendo muitas vezes a única fonte de pesquisa direcionada aos conteúdos didáticos.

Para os educadores do nosso país, o livro didático passa a ter um papel muito abrangente como auxiliador no processo de aprendizagem, pois como afirma Silva: “Para boa parte dos professores brasileiros, o livro didático se apresenta como uma insubstituível muleta.” (1996, p. 08).

Tratando da disciplina em questão, muitos conteúdos discutidos em sala de aula, tornam-se abstratos aos olhos dos alunos, e esse fato é mutável de acordo com o grupo social e lugar onde é abordado.

Vesentini afirma que “a importante idéia de construção ou produção do espaço pela sociedade moderna acaba ficando completamente ausente, pois no fundo ela não tem lugar numa perspectiva que nunca vê a segunda natureza e muito menos o homem como ser político”(1992, p.74), ressaltando a limitação que os livros de Geografia têm em relação à construção das ideias geográficas, tratando apenas das concepções descritivas, limitando o processo de construção ideológica do aluno.

Analisando a realidade do alunado, e o vínculo com o livro didático, especificamente no ensino da Geografia, observamos um antagonismo entre ambos, onde não há uma ligação entre eles onde possa despertar no aluno o interesse de encontrar ali respostas e soluções para suas indagações, principalmente soluções para problemáticas enfrentadas por eles no cotidiano. (BEZERRA, 2010, p. 01)

Como afirma Bezerra, o livro didático de Geografia, em uma forma muito abrangente, não relaciona o conteúdo e a construção do pensamento geográfico com a realidade na qual o educando está inserido, tornando este processo muito mais complexo, impedindo muitas vezes o aluno de relacionar a aprendizagem ao seu cotidiano e enfrentamentos.

Dentro desta construção da ideia geográfica, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, propõem que “nos anos finais do Ensino Fundamental, espera-se que o aluno amplie as noções espaciais [...] o entendimento das inter-relações entre as dimensões econômica, cultural e demográfica, política e socioambiental presentes no espaço geográfico.” (PARANÁ, 2008, p. 78)

Também salienta que “o espaço geográfico deve ser compreendido como resultado da integração entre dinâmica físico-natural e dinâmica humano-social.” (2008, p. 78) reforçando então a importância das relações existentes nos processos de compreensão e concepções geográficas, buscando sempre que o aluno parta do que conhece e relacione com o conhecimento científico mais amplo, assim como afirma Santos:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Desta forma, destaca-se também a importância do aluno conhecer e construir um pensamento mais crítico, assim como suas próprias concepções acerca do que o rodeia e da história que lhe possibilita ser o sujeito que é, conhecer sua história e os fatores que transformaram o presente é de fundamental importância para que o aluno, que está em processo de formação, conheça os inúmeros fatores históricos e saiba relacioná-los à realidade.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, reforçam a importância do reconhecimento da formação territorial de nosso país, que fica claro no quadro de conteúdos básicos (Figura 1).

ENSINO FUNDAMENTAL 6ª SÉRIE/7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.</p> <p>A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.</p> <p>As diversas regionalizações do espaço brasileiro.</p> <p>As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>Movimentos migratórios e suas motivações.</p> <p>O espaço rural e a modernização da agricultura.</p> <p>A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.</p> <p>A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.</p> <p>A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.</p>	<p>Os conteúdos estruturantes deverão fundamentar a abordagem dos conteúdos básicos.</p> <p>Os conceitos fundamentais da Geografia - paisagem, lugar, região, território, natureza e sociedade - serão apresentados numa perspectiva crítica.</p> <p>A compreensão do objeto da Geografia - espaço geográfico - é a finalidade do ensino dessa disciplina.</p> <p>As categorias de análise da Geografia, as relações Sociedade-Natureza e as relações Espaço-Temporal, são fundamentais para a compreensão dos conteúdos.</p> <p>As realidades local e paranaense deverão ser consideradas sempre que possível.</p> <p>Os conteúdos devem ser especializados e tratados em diferentes escalas geográficas com uso da linguagem cartográfica - signos, escala e orientação.</p> <p>As culturas afro-brasileira e indígena deverão ser consideradas no desenvolvimento dos conteúdos, bem como a Educação Ambiental.</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproprie-se dos conceitos de região, território, paisagem, natureza, sociedade e lugar. ▪ Localize-se e oriente-se no território brasileiro, utilizando a linguagem cartográfica. ▪ Identifique o processo de formação do território brasileiro e as diferentes formas de regionalização do espaço geográfico. ▪ Entenda o processo de formação das fronteiras agrícolas e a apropriação do território. ▪ Entenda o espaço brasileiro dentro do contexto mundial, compreendendo suas relações econômicas, culturais e políticas com outros países. ▪ Verifique o aproveitamento econômico das bacias hidrográficas e do relevo. ▪ Identifique as áreas de proteção ambiental e sua importância para a preservação dos recursos naturais. ▪ Identifique a diversidade cultural e regional no Brasil construída pelos diferentes povos. ▪ Compreenda o processo de crescimento da população e sua mobilidade no território. ▪ Relacione as migrações e a ocupação do território brasileiro. ▪ Identifique a importância dos fatores naturais e o uso de novas tecnologias na agropecuária brasileira. ▪ Estabeleça relações entre a estrutura fundiária e os movimentos sociais no campo. ▪ Entenda o processo de formação e localização dos microtérios urbanos. ▪ Compreenda como a industrialização influenciou o processo de urbanização brasileira. ▪ Entenda o processo de transformação das paisagens brasileiras, levando em consideração as formas de ocupação, as atividades econômicas desenvolvidas, a dinâmica populacional e a diversidade cultural. ▪ Entenda como a industrialização acelerou a exploração dos elementos da natureza e trouxe consequências ambientais. ▪ Estabeleça relação entre o uso de tecnologias nas diferentes atividades econômicas e as consequentes mudanças nas relações sócio-espaciais e ambientais. ▪ Reconheça a configuração do espaço de circulação de mão-de-obra, mercadorias e sua relação com os espaços produtivos brasileiros.

Figura 1: Quadro de conteúdos básicos de Geografia, sistematizado pelo Departamento de Educação Básica (DEB) do Ensino Fundamental 6ª série / 7º ano.

Fonte: SEED/PR (2008, p. 94).

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, no Ensino Fundamental 6º série / 7º ano, o professor de Geografia, deve avaliar se o aluno apropriou-se de conceitos norteadores dos estudos da disciplina e consiga, entre outros conteúdos, “identificar o processo de formação do território brasileiro e as diferentes formas de regionalização do espaço geográfico.” (PARANÁ, 2008, p.94)

A compreensão acerca dos conteúdos que possibilitam a percepção do aluno sobre a construção do Brasil permite que desenvolva um pensamento mais crítico e consistente em relação à atualidade.

Desta forma, destaca-se a presença do negro na história do nosso país, que por meio de sua exploração, possibilitou o crescimento e desenvolvimento do território brasileiro, contemplando nossa atual conjuntura.

Os africanos foram escravizados e trazidos ao Brasil com o objetivo de propiciar o desenvolvimento de uma nova atividade econômica que os colonizadores portugueses definiram: a produção de cana de açúcar. Desta forma foi usada a mão de obra do negro cativo, pois seria mais vantajoso para os colonizadores. Segundo Freyre

Longe de terem sido ação apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda. [...] O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou as manchas de massapé. Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices de ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de pano e sabão; mestres sacerdotes e tiradores de rezas maometanas. (FREYRE, 1976, p. 152/153).

Freyre apresenta a importância do negro dentro do processo de desenvolvimento do território brasileiro, além do trabalho braçal, salientando os inúmeros conhecimentos em diversas áreas de produção, permitindo assim um grande crescimento econômico e territorial do nosso país.

Desta forma fica evidente a participação e a relevância do negro no processo de formação territorial do nosso país, contribuindo para a economia, organização espacial e cultura, porém este papel fundamental deixa de ser atribuído

à população negra, contribuindo para a construção do pensamento discriminatório e racista.

Daí a relevância da lei 10.639/03, que estabelece a abordagem da temática em questão em sala de aula.

A própria LDB, já determinava que a abordagem da história do Brasil nas escolas deveria "levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro," entendidas nos termos empregados pela lei como as "matrizes indígena, africana e européia".Esses elementos foram sintetizados em um dos pressupostos centrais para o ensino da História defendidos pelos PCNs. (OLIVA. 2009, p. 03)

A sanção da Lei 10639/03 modificou a LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade da temática: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, isso ocorre como resultante de anos de lutas dos movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro.

No parágrafo primeiro do artigo 26-A, o texto da lei cita que o conteúdo programático incluirá a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional, ressaltando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003)

O aprofundamento do conteúdo que esta lei estabelece está disponível nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Por meio destes materiais toda a comunidade escolar tem orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução do conteúdo afro-brasileiro e africano dentro de sala de aula.

Tratando-se da Geografia, estas Diretrizes norteiam o pensamento da Educação para as Relações Étnico-raciais no processo de construção do espaço geográfico e antropológico de nosso país, considerando as inúmeras contribuições

da população africana e afro-brasileira na formação territorial, cultural e econômica do Brasil, possibilitando também uma avaliação e reflexão crítica da atual situação desta gama da população brasileira.

Desta forma os livros didáticos, de todas as áreas de conhecimento, devem apresentar subsídios para a abordagem e aprofundamento da temática Étnico-racial, pois são definidos de acordo com os parâmetros das diretrizes, que enfatiza a Lei 10.639/03. Sendo assim as obras destinadas aos alunos da educação pública nacional devem seguir a legislação sendo remetidas a um processo de avaliação.

Para serem utilizados nas escolas, todos os livros didáticos passam por um processo de avaliação pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que consiste em um programa do Governo Federal com objetivo de prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas.

Conforme o Edital do PNLD 2013, os critérios usados para a avaliação dos livros didáticos de todas as áreas foram os seguintes:

1. **Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais** relativas ao ensino fundamental;
2. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
4. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
5. Observância das características e finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;
6. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. (BRASIL, 2012 p.08, grifo do autor)

Como é possível observar, os critérios de avaliação apresentados no edital do PNLD de 2013, incluem que os livros devem atender a uma série de normas que permeiam a legislação da educação no nosso país. Sendo claro o respeito à legislação, fica intrínseca a abordagem da lei 10.639/2003.

Conforme os critérios apresentados no edital MEC/PNLD 2014, a avaliação dos livros didáticos de Geografia busca o suprimento de livros didáticos com qualidade, buscando a garantia de que todos os alunos inseridos na escola pública do Brasil tenham a possibilidade de “analisar a realidade, compreender as interações da sociedade com a natureza e o espaço geográfico e o espaço imediato, assim como as escalas mais amplas, permitir a discussão e a crítica, estimulando atitudes para o exercício da cidadania”. (BRASIL, 2013 p. 09)

É possível verificar que o MEC/PNLD de 2014 procura garantir que o aluno, ao receber o livro didático de Geografia, juntamente com a orientação do professor, tenha acesso a uma compreensão ampla de vários espaços de nossa sociedade, buscando uma análise das diferenças existentes em nosso meio social, e desta maneira, de forma intrínseca permitir a apropriação de todos os processos existentes na formação territorial, social, cultural e econômica de nosso país.

Referente à avaliação dos livros didáticos, considerando a Lei 10.639/2003, no edital para PNLD 2014 (2013, p.55), nos critérios de avaliação, qualquer obra que não obedecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11. 274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008, será excluída do processo de seleção, evidenciando a importância da abordagem destas leis no ensino e aprendizagem dos alunos.

A avaliação dos livros didáticos é realizada com base em fichas específicas que norteiam este processo, direcionando os critérios avaliados em 8 fichas, disponíveis no Guia de Livros Didático PNLD 2014, que contemplam as seguintes temáticas:

- Respeito à legislação, às normas e às diretrizes para o ensino fundamental de nove anos;
- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- Correção e atualização de conceitos e informações;
- Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social;
- Ilustrações;
- Manual do Professor;

- Aspectos gráfico-editoriais e projeto do livro;
- Conteúdo Multimídia. (BRASIL, 2013, p. 126 à 136)

Vale ressaltar que cada ficha apresenta critérios mais específicos dentro de cada temática, que são avaliadas usando os parâmetros:

- Não atende.
- Atende parcialmente.
- Atente satisfatoriamente.

Fichas estas que são disponibilizadas a especialistas acadêmicos de cada área/disciplina para o processo de avaliação, que depois de preenchidas não estão à disposição para consulta.

Toda avaliação das obras para o processo de escolha dos livros didáticos respeita um conjunto de critérios, sendo assim, para as obras de Geografia inscritas no PNLD 2014 foram criteriosamente contemplados os critérios definidos no edital de convocação e inscrição.

Dentro das oito temáticas abordadas nas fichas de avaliação é importante ressaltar a abordagem dos seguintes tópicos, relacionados à temática étnico-racial, que norteiam o processo avaliativo das obras pelo PNLD:

Lei de diretrizes e bases da educação Nacional com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008. (BRASIL, 2013, p. 126)

Esta isenta de preconceitos ou indução a preconceitos relativos às condições religiosas econômico-sociais, étnicas, de gênero, religião, idade ou outra forma de discriminação? (BRASIL, 2013, p. 130)

Promove positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, além de considerar seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcam a formação do espaço geográfico brasileiro? (BRASIL, 2013, p. 131)

Sendo assim, a avaliação realizada pelo PNLD propõe critérios que deixam clara a importância do respeito à legislação brasileira, permitindo a construção da cidadania e a ética dos educandos, evidenciando o cumprimento da constituição, consecutivamente a lei 10.639/03, que deve permear todo o processo de ensino e

aprendizagem. Relacionando-os aos livros didáticos de Geografia do 7º ano de Ensino Fundamental compreende-se a importância da abordagem do negro no processo de formação territorial do nosso país, conciliado o conteúdo estruturante destas obras aos critérios de avaliação.

Depois de avaliados pelo PNLD, os livros didáticos passam por um processo de seleção entre os educadores do Brasil, escolha esta que é realizada por meio de um material disponibilizado pelo próprio Programa, o Guia de Livros Didáticos PNLD. Este guia apresenta as coleções selecionadas por disciplina, demonstrando todos os critérios avaliados, pontos fortes e falhas encontradas nas coleções de livros didáticos inscritas. No caso dos livros de Geografia no PNLD 2014, sobre a temática afro-brasileira, destacam-se:

[...]4. Exiguidade de imagens e textos que analisam e retratam a diversidade étnica e de gênero no Brasil;
5. Pouco ou nenhum destaque ao papel da mulher, do indígena e do afrodescendente na sociedade contemporânea, especialmente na brasileira, com pouca ênfase nas especificidades locais e regionais;
[...] (BRASIL, 2013, p. 10).

Desta forma pode-se compreender a importância de abordar a temática nos livros de Geografia, contribuindo para a formação humana dos alunos, evidenciando a importância dos livros didáticos na formação humana.

Especificamente sobre a coleção Projeto Araribá, o parecer apresentado pelo Guia de Livros Didáticos PNLD 2014, afirma que:

A coleção respeita a legislação, normas oficiais e diretrizes que regulamentam o Ensino fundamental [...] Os princípios éticos referentes à construção da cidadania e do convívio democrático são contemplados nas abordagens dos processos históricos em que esses princípios foram abalados ou rompidos (BRASIL, 2013, p. 106).

A respeito da abordagem crítica dos conteúdos relata que “Os textos principais são objetivos e enfatizam os conceitos e fatos, numa abordagem descritiva que não problematiza nem destaca os conflitos e contradições que envolvem alguns temas” (BRASIL, 2013, p. 106). E destaca também que “A coleção não veicula propaganda, preconceitos e estereótipos de quaisquer tipos, nem doutrinação política ou religiosa” (BRASIL, 2013, p. 108).

Tradando-se da utilização da coleção Araribá de Geografia em sala de aula, a avaliação do PNLD ressalta que:

Devem ser ampliados os temas relativos sobre à participação dos povos indígenas e afrodescendentes na formação do espaço geográfico brasileiro, cabendo ainda, um aprofundamento dos temas que tratam da diversidade e da tolerância cultural (BRASIL, 2013, p. 108).

Desta forma, destaca-se a relevância que a avaliação desenvolvida pelo PNLD tem sobre a escolha dos livros didáticos, e que os educadores devem utilizar o Guia de Livros Didáticos do PNLD com um olhar crítico e observar todos os pontos avaliados, os quais podem influenciar no trabalho e abordagens em sala de aula, interferindo no desempenho do processo de ensino e aprendizagem.

2 O Livro Didático "Projeto Araribá Geografia", destinado ao 7º ano e a abordagem sobre o Negro.

Os livros "Projeto Araribá", compreendem uma coleção de livros didáticos de todas as disciplinas do Ensino Fundamental, coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, que segundo a apresentação da coleção no site da editora traz recursos pedagógicos eficientes para potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

O foco deste trabalho que aborda a coleção "Projeto Araribá" é o livro de Geografia destinado ao 7º ano do Ensino Fundamental, o qual tem como apresentação ao aluno o estudo "de forma mais detalhada a Geografia do Brasil... como se formou o território brasileiro, suas características naturais, sua economia, informações sobre vários lugares, entre outros temas." (EDITORA MODERNA, 2007, p. 03).

Os autores deixam claro que o foco dos estudos no ano letivo correspondente ao 7º ano do Ensino Fundamental dentro da disciplina de Geografia será todo o processo de formação territorial do Brasil, assim como as especificidades de sua Geografia física, que se refere ao estudo das características naturais da superfície terrestre. Como afirmam Nascimento e Sampaio: "O campo da Geografia física é vasto e complexo. Pode-se destacar, por exemplo, que ela analisa as condições naturais, sobretudo na interpretação da estrutura e processos do espaço geográfico." (NASCIMENTO e SAMPAIO. 2004, p.168).

Na apresentação os autores destacam que o aluno "vai conhecer um pouco da população brasileira, que resulta da mescla de povos e culturas diferentes." (EDITORA MODERNA, 2007, p.03), apresentando também a abordagem da Geografia humana brasileira, a qual Max Sorre define: "a Geografia Humana é a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre." (SORRE, 2009, p.01)

Este livro se apresenta dividido em 08 (oito) unidades, e cada uma é dividida em 04 (quatro) temas. Cada unidade traz um tipo específico de representação gráfica, assim como uma seção para a compreensão de diferentes textos. Esta divisão pode ser melhor observada no Quadro 1:

UNIDADES	TEMAS	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E COMPREENSÃO DE TEXTO
Unidade 01 “O território brasileiro”	<ul style="list-style-type: none"> Localização do território brasileiro; Formação do território brasileiro; Regionalização do território brasileiro; Brasil: regiões e políticas regionais. 	Representação gráfica: Fusos horários. Compreensão de texto: Preconceitos regionais.
Unidade 02 “A população brasileira”	<ul style="list-style-type: none"> Brasil: aspectos demográficos; A formação da população brasileira; Os movimentos migratórios; A população e o trabalho no Brasil. 	Representação gráfica: Gráfico I: barras e círculos proporcionais. Demonstra a diferença e a leitura destes dois tipos de gráficos. Compreensão de texto: O Brasil mulher.
Unidade 03 “Industrialização e urbanização do Brasil”	<ul style="list-style-type: none"> Industrialização brasileira; A urbanização brasileira; Rede e hierarquia urbanas; Problemas sociais e ambientais nas cidades. 	Representação gráfica: Gráfico II: colunas, linhas e setores. Demonstra a diferença e a leitura destes gráficos. Compreensão de texto: Problemas ambientais urbano-industriais.
Unidade 04 “Região norte”	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos físicos da Região Norte; Ocupação e exploração da Região Norte; Devastação na Amazônia legal; Desenvolvimento sustentável. 	Representação gráfica: Relevo: mapa físico: visão vertical e visão oblíqua. Compreensão de texto: Entrevista: Chico Mendes
Unidade 05 “Região Nordeste”	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos físicos da Região Nordeste; Nordeste: ocupação e organização do espaço; As sub-regiões do Nordeste; Nordeste: espaço geográfico atual. 	Representação gráfica: Mapa antigo e mapa atual, apresenta a evolução da representação cartográfica e as diferenças entre os mapas atuais e mapas antigos. Compreensão de texto: O boi voador do conde Nassau
Unidade 06 “Região Sudeste”	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos físicos da Região Sudeste; A ocupação do Sudeste; Sudeste: organização atual do espaço; A economia industrial do sudeste. 	Representação gráfica: Relevo: curvas de nível, apresentando a definição e as diferenças das curvas de nível. Compreensão de texto: Chico Rei.
Unidade 07 “Região Sul”	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos físicos da Região Sul; A ocupação e a organização do espaço sulista; A população da Região Sul; A economia da Região Sul. 	Representação gráfica: Relevo: o que se refere o perfil topográfico. Compreensão de texto: Guia turístico: descobrindo o Sul.
Unidade 08 “Região Centro-Oeste”	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos físicos da Região Centro-Oeste; Impactos ambientais no Cerrado e no Pantanal; Centro-Oeste: crescimento e povoamento; Centro-Oeste: crescimento econômico 	Representação gráfica: Bloco-diagrama, o que é e como é realizado. Compreensão de texto: A vida no Xingu.

Quadro 1: Conteúdos do livro Projeto Araribá de Geografia 7º ano.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Editora Moderna(2007, p. 06 a 09)

Através do Quadro 1 é possível compreender a organização dos conteúdos do livro, percebendo como a estruturação espacial do território brasileiro é abordada nesta obra, destacando sua formação por meio da regionalização deste espaço.

Aborda também a regionalização brasileira, principalmente pela formação de cada região do país, apresentando os aspectos da Geografia física, a ocupação e organização de cada espaço regional, a economia assim como as especificidades populacionais.

Quando se refere aos conteúdos, o Guia do Livro Didático, organizado pelo PNLD, aponta que “o volume do 7º ano aborda a geografia do Brasil” (BRASIL, 2003, p.14), desta forma enfatiza-se todo o processo relacionado à formação e organização espacial, social e econômica do país. Como é possível verificar na descrição das obras selecionadas pelo programa:

O espaço geográfico brasileiro é estudado em suas características territoriais e regionais e, de modo também predominante, os aspectos gerais da população brasileira, a industrialização e a urbanização são focalizados. O estudo do território brasileiro é explorado de duas formas básicas: delineando-se suas características estruturais e/ou esboçando-se a sua formação histórica. (BRASIL, 2003, p.14)

Esta descrição das obras selecionadas pelo PNLD, para o uso em salas de aula do 7º ano do Ensino Fundamental, nos permite verificar os conteúdos direcionados a estes estudantes que focam os inúmeros aspectos da população brasileira, sendo possível perceber a abordagem das influências que envolveram sua formação histórica.

A análise do livro Projeto Araribá de Geografia tem como foco os conteúdos relacionados com a temática das relações étnico-raciais, focando naqueles em que poderia ser contextualizada a relevância do negro no processo de formação de nosso país. Desta forma a análise se voltou a unidades e temas específicos do livro, iniciando pela unidade 1 de maneira integral; na unidade 2 com foco nos temas 1 e 2; nas unidades 4, 5,6 e 7, no tema 2 de cada e na unidade 8, no tema 3. Esta definição de unidades e temas analisados se deu pelo fato de neles estarem concentradas a abordagem em relação à formação territorial e populacional brasileira.

Desta forma, a análise desta obra buscou verificar os textos relacionados à participação da população africana e afro-brasileira nos diversos contextos de formação e construção do território brasileiro, a partir da forma de abordagem do

negro nestes conteúdos, avaliando a relevância que o livro dá à população negra brasileira.

A primeira unidade deste livro, intitulada 'O Território Brasileiro' apresenta como descrição inicial ao aluno: "Nesta unidade, você vai aprender como o território brasileiro foi formado ao longo do tempo. Vai estudar também como e por que ele é dividido em regiões" (EDITORA MODERNA, 2007, p.10), consolidando a abordagem de formação do nosso país. Esta unidade tem início apresentando a extensão territorial e a localização do Brasil, assim como as extensões longitudinais e latitudinais.

Em seguida esta unidade apresenta o tema 2, que refere-se à formação do território brasileiro:

A imensa extensão territorial de nosso país resultou de um longo processo de conquista de terras, iniciado pelos portugueses a partir de 1500, quando os colonizadores aqui chegaram – evento que ficou conhecido como "descobrimento do Brasil". (EDITORA MODERNA, 2007, p.16).

É possível perceber neste trecho do livro a importância que é dada aos colonizadores europeus, os portugueses, desconsiderando a participação de outros grupos étnicos no processo de "conquista de terras". Salientando sempre que os responsáveis pela conquista, expansão e ocupação do território brasileiro são os grupos europeus:

Muitos fatores contribuíram para a ocupação e a expansão do território, desde o século XVI, entre os quais se destacam:

- a atuação dos bandeirantes;
- o papel dos jesuítas;
- a exploração econômica do território. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 17)

Percebemos que o processo de ocupação e expansão territorial do país é colocado como contribuição apenas de grupos formados por europeus, como os bandeirantes e jesuítas. Quando abordada a exploração econômica, como importante fator da expansão brasileira, é referência o trabalho dos portugueses, sem nenhum tipo de relação à mão-de-obra escrava usada neste período no nosso país, escravos estes que eram africanos e indígenas, representantes de uma parcela significativa de sua população total, como é possível verificar no Quadro 2:

Quadro 2 - População escrava brasileira comparada à população global por região – 1819

Regiões	População Total	População Escrava	Porcentagem % da população escrava
Norte	143 251	39 040	27,3
Nordeste	1 112 703	367 520	33,0
Leste	1 807 638	508 351	28,1
Sul	433 976	125 283	28,9
Centro-Oeste	100 564	40 980	40,7
TOTAL	3 598 132	1 081 174	30,0

Fonte: Mattoso. 2003, p.65.

Mesmo não sendo a maioria da população nacional, o escravo tem grande importância, pois foi por meio de suas mãos que foi possível o desenvolvimento do país. Enquanto os colonizadores, ditos como responsáveis por este fato, administravam as riquezas, os africanos, afro-brasileiros e indígenas cativos tornavam o território brasileiro economicamente ativo, como Abreu e Barros nos mostram:

A participação do negro foi essencial para a transformação da economia brasileira, desde a infra-estrutura até o aporte de capitais para o financiamento de outras atividades econômicas no país. As “mãos e os pés” dos negros foram fundamentais para que o capital se reproduzisse na esfera colonial de modo a permitir acumulação de capital interna e externamente, o que possibilitou posteriormente a ampliação da capacidade instalada da economia brasileira. (2009, p.76).

Os autores demonstram a importância que o negro teve no processo de formação econômica do Brasil, em que sua mão de obra foi fundamental para o desenvolvimento, como Antonil demonstra; “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. (apud FERLINI, 2006, p.50).

Em seguida é abordada a temática de regionalização do território brasileiro, conceituando o termo regionalizar, apresentando também a história da regionalização do Brasil. O preconceito é abordado no fim da unidade, para realizar

uma atividade de compreensão, intitulada “preconceitos regionais”, tratando a diversidade cultural do território brasileiro, tendo como base para esta reflexão os diferentes sotaques e linguísticas.

Nesta primeira unidade é possível verificar que o livro prepara o aluno a contextualizar o processo de formação do território brasileiro. Não há uma apresentação relevante sobre a contribuição dos diferentes grupos étnicos no nosso país, salientando sempre a participação dos colonizadores europeus. O livro poderia ter abordado a contribuição da população negra cativa, considerando a sua relevância para a formação econômica, social e cultural do Brasil.

A segunda unidade do livro tem como assunto norteador a população brasileira, iniciando com o tema 1, a apresentação de alguns termos e conceitos referentes aos aspectos demográficos e populacionais. Aborda a distribuição da população brasileira, seu crescimento, temas como taxas de natalidade e de mortalidade, expectativa de vida, taxa de crescimento natural e pirâmide etária. Em seguida o livro apresenta a formação da população brasileira, destacando a diversidade do nosso país:

Essa diversidade aparece em características culturais, como língua, religião, música, hábitos alimentares, e também nas características físicas das pessoas, como a cor da pele, dos cabelos, estatura etc. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 42)

Percebe-se a abordagem das diferenças existentes entre a população do nosso país, resultantes da miscigenação: “... miscigenação é precisamente a ideia de que não haveria uma fusão de valores e aptidões entre etnias distintas: a miscigenação seria antes de tudo um processo de hibridização, sob a qual permaneceriam as características e propriedades de cada agrupamento humano.” (TRINDADE, 2014, p. 97 a 98).

Dentro desta temática, o livro aborda os povos africanos na formação da população brasileira.

Assim como os indígenas, os povos africanos pertenciam a diferentes grupos étnicos², vindos de várias regiões da África, e representavam, numericamente, boa parte do total da população no período da colonização. Aproximadamente 4 milhões de africanos

² Relativo à etnia, isto é, grupo que apresenta características comuns quanto a língua falada e a outros aspectos culturais. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 42).

foram trazidos para trabalhar como escravos no Brasil, entre os séculos XVI e XIX. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 43.)

A abordagem realizada sobre a população negra, neste trecho do livro, limita as reflexões do professor e aluno, pois relata apenas sobre a condição em que os africanos foram trazidos até o território brasileiro, assim como o alto número de cativos existentes, porém não é realizada nenhuma abordagem da relevância sobre esta população em nosso país, não apresentam as contribuições deste povo. E continuam:

Apesar da repressão sofrida pelos povos africanos durante o período de escravidão, suas manifestações culturais, tais como a música, a religiosidade, a dança e a comida, compõem a cultura brasileira. Basta lembrarmos duas “marcas registradas” do Brasil: a feijoada e o samba. (EDITORA MODERNA, 2007, p.43).

É evidente que os aspectos culturais da população negra são abordados, porém, a relação da população negra brasileira à feijoada e ao samba, reforça os estereótipos já formados pelo senso comum, contradizendo a avaliação apresentada no Guia de Livros Didáticos PNLD 2014 onde afirma que “A coleção não veicula propaganda, preconceitos e estereótipos de quaisquer tipos” (BRASIL, 2013, p. 108), assim, a influência e a relevância desta parcela populacional não são abordadas de maneira ampla e profunda como ocorreram, assim como demonstra Maruri:

O negro é [...] definido como principal agente transformador da cultura brasileira, a partir da base social e intelectual legada ao país pela colonização lusitana. [...] o negro ter-se-ia integrado à sociedade brasileira como auxiliar do branco que prosperou. A escravidão é vista [...] como um processo de profundas consequências sobre a formação cultural do país, criando uma espécie de vinculação entre as raças branca e negra que, unidas pela atividade econômica e convívio social, amalgamaram-se bem mais entre si [...] (MARURI, 2007, p.139 a 140).

Evidente que a influência do negro na formação cultural do país é muito ampla e generalizada, sendo fundamental uma apresentação e análise mais profunda e crítica sobre esta temática juntamente ao aluno, que se encontra em processo de aprendizagem.

Em seguida, no tema 2 desta unidade, o livro apresenta a participação dos imigrantes e o mito da democracia racial, no qual aborda as diferenças raciais no nosso país, segundo os levantamentos do IBGE³, demonstrando diferenças existentes entre os diferentes grupos étnicos.

Durante muito tempo acreditou-se que a mistura de povos fazia nosso país uma democracia racial, isto é, um país sem racismo, onde todos seriam tratados da mesma forma e teriam as mesmas oportunidades. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 45).

É possível verificar nesta passagem a abordagem da temática referente ao racismo e as diferenças entre os grupos étnicos do nosso país, levantando o debate acerca da autodeclaração racial: “...em nosso país há um racismo disfarçado contra negros e indígenas, levando grande parte da população a não reconhecer sua própria origem” (EDITORA MODERNA, 2007, p. 45).

Para exemplificar as diferenças e dificuldades de acesso entre os grupos étnicos, o livro aborda as taxas de analfabetismo da população brasileira, indicando que “7% da população branca é analfabeta, e entre a população parda e negra esse valor dobra, sendo 15,6% e 14,6% respectivamente.” (EDITORA MODERNA, 2007, p. 45).

É importante destacar que o livro, neste momento, apresenta as dificuldades de acesso à educação da população negra e o analfabetismo no nosso país, porém não apresenta subsídios para aprofundar a compreensão sobre as razões históricas que levaram a essa situação.

Neste tema, o livro traz também um trecho do texto de Zulu Araujo⁴, “A afirmação da capoeira”, destacando a origem do esporte no Brasil e seu valor cultural, texto esse que deixa evidente a contribuição do negro para a cultura nacional: “O Brasil está mais alegre ao som dos berimbaus, que soam nas praças,

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Zulu Araújo atua na militância do movimento negro. Foi diretor de Cultura e conselheiro do Grupo Cultural Olodum por 10 anos, administrador e coordenador cultural da Praça do Reggae, assessor especial da Secretaria de Cultura da Bahia e da Fundação Cultural do Estado e coordenador-geral da celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares. Em 2003, se tornou diretor de Promoção, Intercâmbio e Divulgação de Cultura Afro-brasileira da Fundação Palmares. Já em 2007, indicado pelo então ministro Gilberto Gil, para presidir a fundação. Além disso, foi representante do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em <<http://www.cultura.ba.gov.br/2015/02/27/zulu-araujo-assume-diretoria-da-fundacao-pedro-calmon/>>. Acesso em 28 de agosto de 2015

nas rodas de capoeira, no bailado dos corpos negros. É a estética da resistência.” (EDITORA MODERNA, 2007, p. 47)

De uma maneira geral, os temas 1 e 2 da segunda unidade deste livro abordam a presença da população negra em nosso país de uma maneira muito superficial, sem apontamentos mais específicos e sem aprofundamento.

Na unidade 4, o foco da análise é o tema 2, que aborda a ocupação e exploração da Região Norte, iniciando pelas primeiras atividades econômicas desta região. “Diversos grupos indígenas habitavam as terras que hoje correspondem à Região Norte do Brasil quando os colonizadores portugueses iniciaram a ocupação e a exploração econômica desse território.” (EDITORA MODERNA, 2007, p. 90), no qual ressaltam a importância dos colonizadores europeus, desconsiderando a participação e relevância da população negra cativa no processo de ocupação e exploração.

Na unidade 5, realizou-se a análise do tema 2, que apresenta a ocupação e organização do espaço da Região Nordeste, apresentadas como reflexo da chegada dos colonizadores europeus. “Considerando a chegada dos europeus às terras americanas, o atual território do nordeste é a área de ocupação mais antiga...” (EDITORA MODERNA, 2007, p. 116) ressaltando e reforçando a ideia de que os colonizadores europeus foram os únicos que contribuíram para a formação territorial, econômica e social da Região Nordeste.

Em seguida apresentam a importância do cultivo da cana-de-açúcar para o desenvolvimento econômico e sua relação com a organização do espaço desta região, com alguns fatores que contribuíram ao desenvolvimento desta atividade econômica:

Alguns fatores naturais contribuíram para o desenvolvimento dos canaviais nessa região do país. Entre eles:

- Clima tropical;
- Solo fértil de massapé;
- Proximidade com o mar, via de transporte usada para levar o açúcar aos mercados europeus e receber os escravizados vindos da África. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 117)

Verifica-se que o africano é colocado como um recurso de produção, desta forma sua contribuição para o desenvolvimento econômico, e consecutivamente a organização do espaço nordestino, são deixados de lado atribuindo-a aos europeus. O que também é possível verificar na seguinte citação:

Alguns aspectos socioeconômicos ligados à produção açucareira marcaram a organização do espaço:

- Formação de latifúndios, ou seja concentração de grandes áreas destinadas à plantação da cana-de-açúcar;
- Desenvolvimento de monocultura, isto é, cultivo de apenas um produto, nesse caso a cana de açúcar;
- Trabalho escravo com pessoas trazidas da África. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 117).

De forma geral, esse tema apresenta o europeu como grande responsável pela formação econômica e social da região nordestina, e o africano cativo é posto como um apêndice da produção canavieira, deixando de lado suas contribuições para a organização do território nordestino.

Na unidade 6, a análise foi realizada no tema 2, que aborda a ocupação da Região Sudeste, iniciando com a importância da mineração para sua ocupação, o que a tornou o grande centro econômico do país em meados do século XVII, sem nenhuma referência a população negra, que teve grande relevância para esse processo, assim como afirma Abreu:

A mão de obra utilizada nas minas era de origem africana. Seguindo o exemplo da economia açucareira, nas minas a demanda por escravo aumentava, ao passo que migraram muitos escravos do nordeste para a região mineira, além, obviamente dos escravos trazidos diretamente da África via tráfico. [...] A exploração do ouro nas minas dependia da quantidade de escravos. O senhor que tivesse o maior número de escravos conseguia as melhores “datas”, isto é, os lotes de terreno aurífero. (ABREU, 2009, p. 53 e 54)

Desta forma, a continuação se dá abordando a importância da economia cafeeira para a organização e desenvolvimento do Sudeste, também sem nenhuma referência às contribuições da população africana e afro-brasileira, porém demonstra que esta economia favoreceu “o aumento populacional com as migrações internas de estrangeiros, principalmente os italianos.” (EDITORA MODERNA, 2007, p. 147).

Na unidade 7, realizou-se a análise do tema 2 que apresenta a ocupação e a organização do espaço sulista, no qual apresenta a Região Sul como ocupada por jesuítas inicialmente, que tinham a missão de catequizar os indígenas, e se consolidou com a imigração de europeus, dando destaque aos alemães e italianos, deixando de realizar qualquer menção à população afro-brasileira e africana.

Na unidade 8 a análise foi realizada no tema 3, o qual aborda a expansão e povoamento no Centro-oeste, relacionando a ocupação desta região aos bandeirantes que tinham o intuito de aprisionar indígenas para o trabalho escravo e procurar pedras e metais preciosos (EDITORA MODERNA, 2007, p. 198), e em seguida apresentando as medidas governamentais de incentivo à colonização da Região Centro-Oeste, que ocorreram a partir da década de 1940.

É muito relevante perceber que nas últimas unidades do livro, que tratam do processo de ocupação e formação territorial das regiões Sul e Centro-Oeste brasileiras a população negra não é abordada de nenhuma forma, deixando de lado qualquer contribuição que esta parcela da população tem para a formação do nosso país.

Além da contribuição para o desenvolvimento econômico brasileiro, a importância cultural e social da população afro-brasileira e africana não são contempladas, contribuições estas, que são fundamentais para a compreensão da atual caracterização da população brasileira, assim como Araujo nos mostra:

Penso, por fim, na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consomem os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecidas de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. (2007, p.5).

O Guia de Livros Didáticos 2014 apresenta a avaliação desta coleção, a qual afirma que ela respeita a legislação, normas e diretrizes de regulamentam o Ensino Fundamental, e contempla os princípios éticos que contribuem para a construção da cidadania e do convívio democrático (2013, p. 106), demonstrando que a coleção está baseada e organizada de acordo com as propostas das diretrizes que norteiam a abordagem e os conteúdos trabalhados pelo educador junto aos estudantes.

Sobre as concepções didáticas e pedagógicas a avaliação do PNLD afirma que os livros Araribá de Geografia “[...] são objetivos e enfatizam os conceitos e fatos, numa abordagem descritiva que não os problematiza nem destaca os conflitos

e contradições que envolvem alguns temas.” (BRASIL, 2013, p. 106), destacando que eles não contemplam a formação crítica dos estudantes, buscando apenas a formação conceitual, deixando de lado análises e contradições existentes no âmbito geográfico e populacional. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná da disciplina de Geografia demonstram a importância da formação crítica dos alunos:

Nestas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, propõe-se formar sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade. (PARANÁ, 2008, p. 31).

Tratando-se do uso dos livros da coleção Araribá de Geografia em sala de aula a avaliação realizada e apresentada no Guia de Livros Didáticos 2014 indica que “devem ser ampliados os temas relativos à participação dos povos indígenas e afrodescendentes na formação do espaço geográfico brasileiro, cabendo, ainda, um aprofundamento dos temas que tratam da diversidade e da tolerância cultural.” (BRASIL, 2013, p. 108), demonstrando que as obras não abordam a temática étnico-racial, principalmente tratando-se da participação destes grupos étnicos na formação territorial, social e econômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Tendo em vista a análise que foi realizada buscando verificar a abordagem do livro Projeto Araribá de Geografia do 7º ano sobre a população africana e afro-brasileira, foi possível verificar que nesta obra o tratamento realizado pelo livro sobre a temática afro-brasileira é omissivo, superficial e sucinto, não contendo aprofundamento referente à importância e às contribuições da população africana e afro-brasileira para o processo de ocupação territorial e formação sociocultural do país.

Análise esta que permitiu averiguar alguns itens específicos do processo de avaliação e escolha dos livros didáticos pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, que demonstra que os editais referentes a este programa, no que diz respeito ao processo de seleção das obras didáticas, não são específicos quando tratam da legislação brasileira, tornando muito generalizada a avaliação sobre o que preconizam as leis, que têm uma grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, no processo de avaliação realizado pelo PNLD, apresentam fichas com itens muito amplos quando se referem à legislação brasileira, deixam de constar apontamentos diretos à Lei 10.639/03, a qual tem uma grande relevância e contribuição para o processo de formação acadêmica, cidadã e humana para os alunos de todos os níveis, desta forma é necessário uma revisão e um aperfeiçoamento dos itens que compõem as fichas de avaliação, buscando ser mais específicos.

A obra não permite a formação crítica dos alunos, não possibilitando uma discussão aprofundada acerca da presença do negro na população brasileira, deixando de contribuir para a construção de uma sociedade sem preconceitos étnicos, podendo até salientar estereótipos do senso comum.

Tendo em vista que uma obra com uma abordagem sobre a temática étnico-racial tão sucinta é a obra mais usada em escolas públicas estaduais, deve-se considerar um aperfeiçoamento dos critérios avaliativos do PNLD, cobrando com maior rigor das editoras o aprofundamento de determinados conteúdos, possibilitando a discussão e a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Ainda, embora não tenha sido objeto da presente pesquisa, caberia perguntar aos professores de Geografia: a) Por que, havendo tais deficiências, a coleção é tão

solicitada? b) Se e como estes professores suprem as deficiências de conteúdos e abordagem aqui identificados? Estas poderiam ser questões para futuras pesquisas.

Vale salientar que a Lei 10639/03, para muitos, remete somente a disciplina de História, tratando apenas das questões descritivas da população africana e afro-brasileira no decorrer do tempo, desconsiderando a importância do aprofundamento crítico das inúmeras contribuições desde grupo étnico para a sociedade assim como os aspectos culturais e sociais, que devem ser abordados por todas as disciplinas e áreas do conhecimento.

Conclui-se então que o livro Projeto Araribá de Geografia, destinado ao 7º ano do ensino fundamental, aborda a população africana e afro-brasileira de uma forma superficial, pois não apresenta esta parcela da população como contribuinte direta da formação social, econômica e cultural do Brasil, deixando intrínseco aos seus leitores, que são alunos em processo de aprendizagem, que os negros não tiveram valor ou relevância para a estruturação e organização do território e sociedade brasileira. Ou seja, por sua omissão na abordagem e problematização do tema, vai à contramão do estabelecido na Lei 10.639/03 e das Diretrizes estaduais e nacionais quanto a temática aqui pesquisados.

Além das questões anteriormente indicadas, voltadas aos professores de Geografia que escolhem e utilizam a coleção Araribá, outras possíveis pesquisas a serem desenvolvidas, a partir deste estudo, seriam por exemplo, a discussão acerca dos critérios utilizados na ficha de avaliação do PNLD – Geografia.

5. REFERÊNCIAS

- ABREU, Yolanda Vieira de; BARROS, Carlos Allexandre Aires. **Visões sobre a economia colonial: a contribuição do negro**. Espanha, Universidade de Málaga Málaga: 2009.
- ARAUJO, Emanuel. **Viva Cultura, Viva o Povo Brasileiro**. São Paulo, Museu Nacional: 2007.
- CASTRO, Sirlene de. **O preconceito racial e a educação: Aproximações científicas na perspectiva de José Martí em boneca negra**. Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná: 2009.
- BATISTA, Amanda Penalva. **Uma análise da relação professor e o livro didático**. Salvador, Universidade do Estado da Bahia – UNEB: 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional – LDB**. Brasília, DF. Centro de documentação do Congresso Nacional: 1996.
- BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2014 : Geografia : Ensino Fundamental : anos finais. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013
- BRASIL. **Editais de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de coleções didáticas para o programa nacional do livro didático – PNLD 2011**. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/3014-editais-antecedentes>. Acesso em 08 de junho de 2015.
- EUGÊNIO, Alisson. **Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo**. Belo Horizonte. VARIÁHISTÓRIA, vol.25,nº.41:p.227-244, jan/jun. 2009.
- FERLINI, Vera Lúcia A. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1976.
- _____. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.
- FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- MATTOSO, Kátia M. Q. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MURARI, Luciana. Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'os sertões. São Paulo: Annablume, 2007.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Geografia física, geossistemas e estudos integrados da paisagem**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, v. 6, n. 1, p. 21, 2004.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). História. São Paulo: 2009, vol.28.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

Projeto Araribá: Geografia. Organizadora Editora Moderna; obra coletiva, desenvolvida e produzida pela editora Moderna; editora responsável Sonia Cunha de Souza Danelli – 2 ed. – São Paulo: Moderna, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SANTOS, Wellington Oliveira dos. **Espaços de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do estado do Paraná, Brasil**. Ciênc. educ. (Bauru) vol.19 no.4 Bauru 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA GEOGRAFIA**. PARANÁ 2008.

SECAD – Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais** . Brasília: SECAD, 2010.

SILVA, Ezequiel Teodoro. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem**. In. **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino**. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

SORRE, Max. **A Geografia humana (Introdução)**. GEOgraphia, v. 5, n. 10, 2009.

VESENTINI, José William. **A questão do livro didático no ensino da Geografia Novos caminhos da Geografia in Caminhos da Geografia**. Ana Fani Alessandri Carlos(organizadora). 5.ed., 1ªreimpressão- São Paulo: Contexto, 2007.

VESENTINI, José William. **Para uma Geografia crítica na escola**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

TONINI, Ivaine Maria. **Cenas Étnicas no Livro Didático de Geografia**. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2000. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/071_ivaine.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2015.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **Questão nacional e questão racial no pensamento social brasileiro**. Curitiba. NEAB, UFPR: 2014.
